

Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)



Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

Jeanine Mafrá Migliorini
(Organizadora)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial- Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Arquitetura e urbanismo: patrimônio, sustentabilidade e tecnologia 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizadora: Jeanine Mafra Migliorini

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquitetura e urbanismo: patrimônio, sustentabilidade e tecnologia 2 / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-316-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.160211607>

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra (Organizadora). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A arquitetura desde sua origem é carregada de significado e simbolismo. Desde construções como Stonehenge, uma construção não habitável, estamos cercados de desejos e representações, na maioria das vezes implícitas, sobre o poder do homem diante da natureza e diante dos demais. Essa necessidade de expressão percorre toda história e é atestada pela arquitetura que resiste ao tempo. Basta um olhar mais atento para percebermos os indícios e assim podermos mergulhar em um universo de possibilidades de interpretação dessa arquitetura. Nos artigos apresentados nos deparamos com alguns desses monumentos de resistência da história, testemunhos de um tempo que muito tem a nos dizer, a nos orientar e conduzir por reflexões acerca de nossa realidade, e o que se projeta para o futuro.

O poder da arquitetura sobre nossas atitudes é muito mais amplo do que se percebe em um primeiro olhar, em consequência disso a produção desse espaço merece um cuidado que vai além da decisão da técnica. Produzir um lugar de viver, em qualquer escala, é trabalho que necessita de análises de condições ambientais, tecnológicas e sociais. Perceber o usuário do espaço, entender suas necessidades e muitas vezes limitações cotidianas é fundamental para o trabalho; assim como passando à outra escala, mais ampla, as consequências das decisões sobre o ambiente, quais escolhas e como elas refletem no meio em que vivemos.

Todos esses processos que envolvem a arquitetura e o urbanismo trazem uma grande responsabilidade aos seus produtores, que oferecem consequências imediatas e outras tantas que perdurarão por muito tempo, então é através de um trabalho consciente, amplo em suas reflexões que chegaremos, cada vez mais próximos a um produto equilibrado ambientalmente, socialmente, simbolicamente, que alcance uma das maiores premissas da arquitetura: o equilíbrio entre a forma e a função.

Boa leitura e ótimas reflexões!

Jeanine Mafra Migliorini

SUMÁRIO


CAPÍTULO 1..... 1

O RECONHECIMENTO DOS BENS CULTURAIS COMO SUPORTE AO RESTAURO NA ATUALIDADE

Juliana Cunha Barreto

Virginia Pitta Pontual

José Manuel Aguiar Portela da Costa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116071>

CAPÍTULO 2..... 13

AVALIAÇÃO QUALITATIVA DAS INFORMAÇÕES PARA A CONSERVAÇÃO DE BENS ARQUITETÔNICOS DE ACORDO COM OS TIPOS DE INVENTÁRIOS CIENTÍFICOS NACIONAIS

Ana Paula Ribeiro de Araujo


Ricardo Ferreira Vieira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116072>

CAPÍTULO 3..... 29

OLINDA, DO MARTÍRIO À GLÓRIA: A HISTÓRIA DA CIDADE MONUMENTO NACIONAL ATRAVÉS DO PROCESSO DE TOMBAMENTO DO IPHAN (1972-1980)

Camilla Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116073>


CAPÍTULO 4..... 44

O MERCADO MUNICIPAL DE TAUBATÉ: ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Claudia Maria de Moraes Santos

Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali


Valéria Regina Zanetti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116074>

CAPÍTULO 5..... 54

O TESTEMUNHO DA FORMA - MODIFICAÇÕES DOS EDIFÍCIOS HISTÓRICOS DO BAIRRO DE SÃO JOSÉ

Maria de Lourdes Carneiro da Cunha Nóbrega

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116075>

CAPÍTULO 6..... 68

ARQUITETURA SERTANEJA: CONTRIBUTOS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL DA REGIÃO SERIDÓ POTIGUAR

Maria Rita de Lima Assunção

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116076>


CAPÍTULO 7..... 82

PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO: MAPEAMENTO DAS AÇÕES DO COMITÊ GESTOR NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS TURÍSTICAS QUE SE ARTICULAM COM

A PRESERVAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO CAIS DO VALONGO

Aline Karina de Araújo Dias

Joseane Paiva Macedo Brandão


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116077>

CAPÍTULO 8..... 99

INCURSÕES POR PAISAGENS ART DÉCO: CONEXÕES SÃO PAULO-BAHIA

Maria Ângela Barreiros Cardoso

Saïde Kahtouni

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116078>


CAPÍTULO 9..... 116

O CONCEITO DE INTEGRIDADE NA CONSERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA

Allana de Deus Peixoto

Carlos Eduardo Luna de Melo

Flaviana Barreto Lira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116079>


CAPÍTULO 10..... 128

CASAS MODERNISTAS COMO PATRIMÔNIO EM CACHOEIRA DO SUL

Ana Elisa Souto

Laline Elisangela Cenci

Renata Venturini Zampieri


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160710>

CAPÍTULO 11..... 139

MODERNISMO EM MACEIÓ: EDIFICAÇÕES ESQUECIDAS DO JARAGUÁ AO CENTRO

Tamires Aleixo Cassella

Letícia Brayner Ramalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160711>


CAPÍTULO 12..... 152

EMIL BERED: HABITAÇÃO COLETIVA MODERNA PORTOALEGRENSE

Angela Cristiane Fagundes

Maitê Trojahn Oliveira

Silvio Belmonte de Abreu Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160712>


CAPÍTULO 13..... 171








ANÁLISE ARQUITETÔNICA DO CLUBE DO TRABALHADOR NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE: TERTULIANO DIONÍSIO, 1962




Vitória Catarine Soares Pereira

Paula Emanuelle Silva Pequeno

Adriana Regina Sarmiento Vieira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160713>

CAPÍTULO 14	184
LIMIARES E DISPUTAS: EXPERIMENTAÇÕES MODERNISTAS NO PLANO AGACHE Thiago Santos Mathias da Fonseca	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160714	
CAPÍTULO 15	199
LA PLAZA DE ARMAS DE SANTIAGO EN EL SIGLO XVIII: ¿PLAZA CÍVICA, ZOCO O TIÁNGUEZ? Mauricio Baros Townsend	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160715	
CAPÍTULO 16	214
(RE)CONHECENDO O ÁGUA LIMPA: O RESGATE DA HISTÓRIA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL Amanda Lopes da Silva Fernanda Vieira da Silva Janaina Faleiro Lucas Mesquita Rafaella Lasmaz Bozetti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160716	
CAPÍTULO 17	225
CIDADES CRIATIVAS E REQUALIFICAÇÃO URBANA: CONSUMO DO ESPAÇO E DINÂMICA SOCIOESPACIAL NA ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CORDEIRÓPOLIS (SP) Eduardo Alberto Manfredini	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160717	
CAPÍTULO 18	238
A ARQUITETURA HÍBRIDA – UM PARADIGMA TEÓRICO? Larissa Miranda Kravchenko Pedro Henrique Máximo Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160718	
CAPÍTULO 19	255
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: TRANSFORMAÇÃO DA CLÍNICA TRADICIONAL DE MUNDOS ISOLADOS EM LUGAR DA MULTITERRITORIALIDADE Sarah Gabriela de Carvalho Oliveira José Gustavo Francis Abdalla	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160719	
CAPÍTULO 20	267
AMBIÊNCIA E TERRITÓRIO EM PROJETOS EMERGENCIAIS: OS CASOS DE MARIANA E BRUMADINHO Leonardo Valbão Venancio Bruno Massara Rocha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160720	

CAPÍTULO 21	278
ARQUITETURA DA ALTERIDADE COMO SUBSÍDIO PARA REQUALIFICAÇÃO DE IMÓVEIS VAZIOS NO BAIRRO DE SÃO JOSÉ (LESTE), NO CENTRO DO RECIFE	
Larissa Fonseca da Cunha	
Andrea Melo Lins Storch	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160721	
CAPÍTULO 22	288
DIMENSÃO RIBEIRINHA COMO REFERÊNCIA DE PROJETO DE ARQUITETURA PARA A AMAZÔNIA	
Tainá Marçal dos Santos Menezes	
Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160722	
CAPÍTULO 23	301
ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: UMA REFLEXÃO SOBRE A RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA NO NORDESTE BRASILEIRO	
Ruana Rafaela Batista Paiva	
Trícia Caroline da Silva Santana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160723	
SOBRE A ORGANIZADORA	318
ÍNDICE REMISSIVO	319

LA PLAZA DE ARMAS DE SANTIAGO EN EL SIGLO XVIII: ¿PLAZA CÍVICA, ZOCO O TIÁNGUEZ?

Data de aceite: 01/07/2021

Mauricio Baros Townsend

Facultad de Arquitectura y Urbanismo/ Centro de Estudios Árabes. Universidad de Chile

RESUMEN: La inexistencia de mercados formales en el mundo andinoamericano, a diferencia del mundo mesoamericano, condujo a una serie de problemáticas para los conquistadores hispanos quienes ante la ausencia de *tianguis* tuvieron que recurrir a una serie de estrategias para formalizar este espacio urbano inexistente. Ello significó la utilización de modelos foráneos para implementar este nuevo programa, cómo lo fue el de los mercados de las ciudades hispanomusulmanas. Los mercados de estas ciudades a diferencia del resto de Europa habían mantenido este espacio comercial próximo al principal recinto religioso, como es común en el zoco o bazar de las medinas islámicas, lo que de alguna manera se asimilaba en parte a la función del llamado *tianguis* prehispánico, en donde igualmente mercado y templo se emplazaban contiguamente. El espacio escogido, en el caso de Santiago de Chile, para concentrar estas funciones fue la llamada Plaza de Armas, la cual resultó entonces ser un lugar en donde confluyeron las actividades religiosas, mercantiles y civiles. El éxito de esta confluencia de funciones con el tiempo se constituyó en un problema, especialmente en los albores de la independencia de la Corona Española, cuando se quería restituir el carácter cívico de la misma. Lo que está ponencia quiere

examinar era la situación de la Plaza de Armas dieciochesca de la ciudad de Santiago y las problemáticas que le planteó a la nueva república la permanencia de estas actividades comerciales, cívicas y religiosas, que no eran sino herencia clara de un mestizaje que incluso hasta hoy en día permanece.

PALABRAS CLAVE: Zoco, Tiánguez, Plaza Mayor, Mercado, urbanismo colonial.

THE PLAZA DE ARMAS IN SANTIAGO IN THE 18TH CENTURY: CIVIC SQUARE, SOUK OR TIÁNGUEZ?

ABSTRACT: The non-existence of formal markets in the Andean world, unlike the Mesoamerican world, led to a series of problems for the Hispanic conquerors who, in the absence of *tianguis* had to resort to a series of strategies to formalize this non-existent urban space. This meant the use of foreign models to implement this new program, as it was that of the markets of the Hispano-Muslim cities. The markets of these cities, unlike the rest of Europe, had kept this commercial space close to the main religious site, as is common in the souk or bazaar of the Islamic medinas, which in some way it was assimilated in part to the function of the so-called pre-Hispanic *tianguis*, where also the market and the temple were located contiguously. The space chosen, in the case of Santiago de Chile, to concentrate these functions was the so-called Plaza de Armas, which then turned out to be a place where religious, commercial and civil activities converged. The success of this confluence of functions over time became a problem, especially at the dawn of the independence of the Spanish Crown, when it was

wanted to restore its civic character. What this paper wants to examine was the situation of the 18th-century Plaza de Armas in the city of Santiago and the problems posed to the new republic by the permanence of these commercial, civic and religious activities, which were nothing but a clear inheritance of a miscegenation that even to this day remains.

KEYWORDS: Souk, Tiánguez, Plaza Mayor, Market, colonial urbanism.

1 | LA PLAZA DE ARMAS DE SANTIAGO EN EL SIGLO XVIII: ¿PLAZA CÍVICA, ZOCO O TIÁNGUEZ?

Es también cosa digna de notar que del establecimiento de esos *triángues* en la plaza principal date la costumbre domestica arraigada entre nosotros de no llamar jamás sino la plaza lo que debiéramos designar por mercado o recova....I así seguirá sucediendo por desgracia mientras en el lenguaje doméstico de Santiago plaza i estómago continúen siendo una sola cosa (Vicuña Mackenna, 1869, p.69).

Resulta interesante este agudo comentario de Vicuña Mackenna respecto de las situación de las plazas mayores de nuestras ciudades hacia comienzos del siglo XIX, porque a través de él se sintetiza una problemática que parte en la fundación misma de nuestras urbes y que viene recién a finalizar hacia esta fecha.

El interés en analizar lo que estaba sucediendo hacia esta época en nuestras plazas mayores se fundamenta en el hecho de demostrar que tal como establece Michel Vovelle (1985), así como las mentalidades colectivas priman por sobre los cambios coyunturales de la economía y la política, así igualmente podríamos decir que las costumbres primaron por sobre la formas.

Para entender los cambios que sucedieron en estos espacios hacia fines de la Colonia y comienzos de la República debemos remontarnos a ciertos hechos que surgieron desde la fundación misma de las ciudades hispanoamericanas, pues sólo ellos nos permiten entender el porqué del arraigo de ciertas prácticas que hicieron de estas plazas lugares únicos y peculiares dentro de la historia urbana hispanoamericana.

2 | ENTRE LO IDEAL Y LO REAL: ORTOGRAFÍA EUROPEA Y GRAFÍAS AMERICANAS

La historia juega extraños paralelismos. La ortografía había sido el problema central cuando se fundó la monarquía absoluta española, problema centuplicado por la necesidad de administrar un vastísimo imperio. ... Estos debieron fijar la transcripción de la norma lingüística adoptada por la corte, a una escritura que comenzaba a ser el vehículo obligado de la administración que debía ejercerse sobre distantes regiones, en tanto que los hispanoamericanos debieron reformar esa ortografía para salvar el abismo que percibían entre la pronunciación americana (la de la ciudad real) y las grafías que habían conservado y acrisolado los letrados. (Rama, 2004, p.90)

Esta metáfora que realiza Ángel Rama entre grafía y ortografía resulta adecuada

para entender el abismo que se formó entre lo ideado y lo concretado en lo referente a la ciudad hispanoamericana desde su fundación.

Bastante ya se ha escrito sobre el proceso fundacional y la importancia que han tenido las plazas mayores en el urbanismo americano, sin embargo este gran volumen de obras, lejos de esclarecer la situación sólo nos permite establecer que tanto el denominado trazado en damero como las plazas que nacieron junto con él, no sólo se constituyeron en un soporte físico y simbólico del proceso fundacional, sino además se han convertido en un soporte ideológico, en tanto ellas han servido para construir discursos que reflejan las problemáticas que parecen confluír en este espacio. Ellos hacen patente el abismo existente hasta hoy en día entre posturas idealistas y otras más localistas. Los primeros parten de la idea de la existencia de una “ortografía” que vendría a ser instituida por todo un corpus de reglamentaciones políticas, sociales, urbanas de cómo se deseaba que fueran estas nuevas ciudades, ellos ponen su acento en la idea del *ortos* griego, en sentido de lo recto, lo canónico, lo regular, perteneciente al mundo abstracto de las ideas. Los segundos se apoyan más en una construcción y concretización de esta idea, pero con todas las dificultades que ello conlleva, es decir, con todas las irregularidades que implica pasar algo del mundo ideal al real, por ello mientras las posturas anteriores se mueven en el mundo de la ortografía, estos últimos solo se concentran en el mundo de las grafías, aquellas, ya esbozadas en unas precarias leyes urbanas, aquellas que los primeros alarifes dibujaron a cordel y regla como lo indicaban estas primeras instrucciones básicas.

Estas vagas disposiciones -pues no hacen referencia alguna u tamaño, rectitud de las calles, medidas de plazas- y el ejemplo dominicano fueron los que modelaron el asentamiento español en Indias. (Solano, 1990, p.71)

La vastedad del territorio conquistado, la premura de la fundación de ciudades, la ausencia de profesionales competentes en todos los lugares conquistados, hizo que muchas veces la ortografía deseada sólo se convirtiera en una modesta grafía.

Dentro de los discursos construidos entre estas dos posturas, hay tres variantes que es posible reconocer, que van de un extremo a otro, es así que por una parte tenemos un discurso utopista, otro hispanista y un tercero americanista. Dentro del primero nos encontramos con todos aquellos autores que han querido privilegiar la visión utópica del proceso fundacional, ligando así directamente estos procesos a influencias vitrubianas, tomistas, etc. (Guarda, Stanislawski)

La ciudad hispanoamericana no es fruto del azar, si no de una razón directora, la legislación que la regula, como ha sido señalado últimamente, constituye “un plan organizado, una estructuración perfecta, de acuerdo a los principios sustentados por la moderna ciencia del urbanismo, en cuanto extraña un plan generador y regulador del paisaje urbano, o sea, de la imagen de la ciudad” (Guarda, 2014, p.16).

Estas obras se alinean perfectamente con la idea de la *Renovatio Imperii* que se ha

adjudicado a Carlos V, en donde el antecedente romano juega un rol simbólico y fáctico a través de las normas de castramentación que se traerán al continente. Este idealismo político y religioso, se adecúa muy bien a las particulares condiciones de la conquista que obligaban a una alianza entre un poder real, lejano, y uno eclesial, cercano. El problema de estas tesis es que tienden a considerar la idea de tabula rasa en lo concerniente al territorio americano prehispánico, como si aquí en América no hubiese existido nada.

El segundo discurso, el hispanista¹ se divide en dos vertientes, el que relaciona la implantación de estas ciudades con las antiguas normas de castramentación romanas, más las reglamentaciones hispanas, y que toma como antecedente las fundaciones previas realizadas en la península en el periodo de Reconquista, con ciudades o bastiones militares como Santa Fe de Granada.

Es esta, pues, la ciudad modelo que puede haber inspirado a Ovando quien, educado junto al príncipe heredero, don Juan, como la mayoría de los cortesanos debe haber visto surgir bajo sus ojos la ciudad que significó la conclusión victoriosa de una guerra que desde los días de Pelayo integraba la vida española. Por lo demás, Santa Fe no es el único ejemplo de tal urbanización, aunque sea el mas popular. (Palm, 1951, p.8)

Una vertiente un poco más polémica de este discurso incorpora la influencia hispano-musulmana (Torres Balbas). La polémica aquí surge porque el reconocimiento u omisión de la influencia morisca, pasa por constituirse en un espejo de problemas identitarios bastante más profundos que los propios españoles tienen con el asunto². Sin embargo el corpus de textos referidos al tema nos obliga a revisar y considerar esta postura.

Por último y de más reciente cuño aparecen los discursos americanistas que buscan reconocer la influencia del urbanismo precolombino en el proceso fundacional (Hardoy, Gutiérrez, etc.). Ellos se basan en los recientes descubrimientos cada vez más numerosos de asentamientos con cuadrícula reticular, específicamente en el mundo andinoamericano, porque en el mesoamericano su existencia ya había sido probada.

De esta manera podemos ver que no es posible construir un argumento sin considerar esta realidad dual, entre una ortografía europea y una grafía americana como lo podríamos denominar. Para examinar el ejemplo que veremos a continuación tenemos que considerar este antecedente, ya que es a partir de esta doble situación y sus matices intermedios que queremos plantear la problemática que entró en crisis en este período, particularizada a través de lo que quiero llamar como el paso del zoco al tiánguez y finalmente del tiánguez a la constitución de lo que denominamos como nuestra plaza mayor a fines del periodo colonial y comienzos del republicano.

1 . Torres Balbas, llama a estas teorías como medievalistas. En *La Edad Media*. Sección de Libro. Archivo Digital UPM. Disponible en : <http://oa.upm.es/33689/>

2 . Para algunos historiadores esta problemática tiene su origen en desde que Amador de los Ríos en donde señaló al mudéjar como el único estilo propiamente hispano. Ver: *Discurso de D. José Amador de los Ríos. Leído ante la real Academia de Nobles Artes de San Fernando en su recepción pública*. Granada. Imprenta y librería de D. José M.Zamora, 1859.

Más que subscribirnos a uno de estos discursos, queremos plantear una visión más horizontal del asunto, y para ello queremos tomar como elemento focal de este análisis la actividad comercial de estas nuevas ciudades, porque ella se sitúa en una zona liminal que le otorga la versatilidad de transitar a través de diversos soportes . Esto, porque ella se constituye en un punto de encuentro entre las tres culturas en juego: la hispana, la musulmana y la indígena.

3 I LA CIUDAD ISLÁMICA, ENTRE LA MEZQUITA Y EL BAZAR

Ancient town planning, set off by prestigious monuments, in keeping with municipal regulations and institutions, and regularly developed physically, was an obvious model to follow: the return to an orthogonal layout, triumphing over the irregularity of Arab streets, was understood as a victory of civilization and progress over the anarchy that had characterized Arab urbanism. (Raymond, 1994, p.4)

La visión occidental de las ciudades islámicas como ciudades caóticas y anárquicas obedece principalmente al desconocimiento por parte de muchos autores de los sistemas de organización que han dado origen a estas urbes, que difieren del patrón occidental.

Si tenemos en cuenta el componente nómada del origen de la cultura islámica podremos entender, que la movilidad era un elemento crucial en su forma de vida, lo que precisamente no propiciaba la formación de núcleos sedentarios que darían origen a las futuras ciudades. Sólo será en el encuentro y expansión del islamismo con nuevas culturas sedentarias, como Bizancio y Persia por nombrar dos de las más conocidas, que la necesidad de asentarse comenzará a ser vista como un elemento positivo y necesario en el mundo islámico, y esto provendrá más bien del mundo cortesano.

El nomadismo se prestaba para actividades comerciales, que generaban actividades semiformales como ferias, mercados de animales, etc., que a la postre adquirirían una mayor formalidad en la tipología del Bazar. Por otro lado, el mundo cortesano, en la medida que se complejizaba, querrá emular los procederes de sus congéneres occidentales, los cuales a través de sus palacios hacían ostentación de su poder. La mezquita como tercer componente será el aglutinante de estos dos mundos, además de constituirse en el principal punto de encuentro y corazón de estas nuevas urbes. La religión aparece, así como el elemento de unión, en donde poder temporal y religioso están unidos, y esto lo que en definitiva hace posible definir a una ciudad islámica.

Algunos autores como Ira Lapidus (1973), sostienen que el nacimiento de la ciudad islámica habría surgido de dos instituciones: por un parte de la unión de los clanes y tribus, y por otra parte del Califato. Las tribus habrían sido el locus de lo familiar, lo económico y lo social, en tanto el Califato lo habría sido de lo religioso y lo político. Mientras que en el primer orden lo comercial fue un elemento movilizador y estructurador de nuevas relaciones sociales, en el segundo caso, lo califal y su organización más asentada en lo político

implico vínculos más abstractos. La religion resultó ser un aglutinante en ambos casos. “In the emerging new order religious (and commercial and political) affiliations undermined the absolute primacy of family ties, while political and religious institutions were differentiated, each acquiring structures and values pertinent to itself alone.” (Lapidus, 1973, p. 49)

Estas relaciones de alguna manera se plasmaron en el ámbito urbano a través de la mezquita y el bazar. El Bazar fue el foco de las relaciones comerciales, y la mezquita del orden político y religioso. Dos instituciones que perviven hasta hoy claramente en toda ciudad musulmana.

Finally, Marçais introduces several characteristic elements of the physical city. Citing Ibn Khaldun, Arab geographers and legal doctrines, he reaches a definition of the Islamic city which he contends is quintessential: a city must have a congregational Friday mosque and it must have a market/ chief bazaar nearby. (Abu-Lughod, 1987, p.156)

El encuentro de estos tres ordenes antes mencionados el comercial, del bazar; el cortesano, del palacio; y el religioso, de la mezquita; se encontraron tempranamente en la capital del primer Califato omeya, Damasco. Es aquí en donde la tradición comercial caravanera entre oriente y occidente, la influencia cortesana de Bizancio, y la presencia de una estructura templaria sobre la cual se asentó una de la principales mezquitas del mundo islámico, la Mezquita de Damasco, se aglutinaron dando origen a una ciudad que servirá de modelo a los futuros asentamientos urbanos. Es aquí además, en donde surgirán las primeras tipologías comerciales, que darán origen al bazar y los primeras calles y portales comerciales cubiertos, los cuales se traspasaron a las urbes hispanas y luego a las americanas como explicaremos a continuación.

The connections between the Arab cities and the Mediterranean cities of antiquity would also have to be better defined historically. In this case it is undoubtedly in Syria that a possible answer to the problem is to be found. The discovery in 1984 of the market of Palmyra set up in the antique roadway may provide us with the missing link in the transformation from a Roman avenue lined with columns to an Arab suq, of which J. Sauvaget had an intuition sixty years ago. (Raymond, 1994, p.18)

4 | DEL ZOCO AL TIÁNGUEZ: LA INFLUENCIA DE LOS ZOCOS MEDIEVALES EN EL URBANISMO COLONIAL

Muchos autores parecen negar tajantemente la influencia del urbanismo musulmán sobre las ciudades hispanoamericanas, sin embargo no es posible obviar el hecho de que dos de cada tres españoles llegados al continente eran andaluces, y el urbanismo andalusí había logrado una simbiosis entre lo hispano y lo musulmán, que obviamente no desapareció del todo después de la Reconquista, como es posible apreciar hasta hoy en día en muchas ciudades españolas.

En efecto, la emigración española en América durante el siglo XVI se formó

sobre un elevado número de andaluces (de tres emigrantes, uno era andaluz), castellanos (viejos y nuevos) a quienes siguen los extremeños: provenientes, todos ellos, de ciudades con tupido tejido urbano. (Solano, 1990, p.164)

Si bien el tejido urbano de estas ciudades dista mucho de asemejarse a la regularidad americana, no es la forma aquí lo que interesa sino la actividad que en ella se desarrolla. El nacimiento de los zocos, comparte con el damero fundacional un origen romano. Una de las características de la arquitectura romana oriental, fue la aparición de las calles aporricadas o columnadas. Mientras que en el mundo romano occidental, los pórticos principalmente aparecieron en los foros, en el mundo oriental, la tradición de las vías procesionales dio origen a las calles columnadas, que reemplazaron muchas veces la existencia de un foro. De esta manera las actividades comerciales que se realizan principalmente en foros ad hoc en occidente, en Oriente se daban en estas vías, de esta forma ciudades como Aleppo, Palmira, Jerash, etc., poseían hermosas avenidas columnadas en donde se daba el comercio cotidiano (Figura 1).



Figura 1. Calle columnada de la ciudad romana de Palmira en Siria.

Fuente: Palmira. Calle columnada de Palmira.
Foto del autor, 2002.



Figura 2. Calle cubierta del Bazar de Damasco.

Fuente: Bazar de damasco. Foto del autor, 2002.

The colonnaded streets of the East, far from being evidence of any Roman character, become on analysis grand oriental bazaars...The eastern colonnaded street thus becomes the counterpart to the western forums and agoras; both originated as markets. (Warwick, 2002, p.268)

Serán precisamente estas vías comerciales, que al pasar a dominio musulmán, se convertirán en los denominados bazares y zocos de la ciudad musulmana (Figura 2). De aquí surge la idea de los portales con comercios, que originalmente no existían en

las ágoras griegas o foros imperiales³, cuyo destino era mas cívico que comercial. Estas vías comerciales además establecerán una clara proximidad con el principal templo de la ciudad, lo que se mantendrá cuando estos templos sean convertidos en mezquitas, dando origen a la simbiosis mezquita-zoco que caracteriza a toda ciudad musulmana. Esta cualidad también será traspasada a la España musulmana, la cual mantendrá sus zocos en proximidad a sus mezquitas, contribuyendo de esta manera a una fuerte centralidad en torno a la mezquita mayor, a diferencia de las ciudades medievales del resto de Europa que eran de carácter mas policéntrico.

Atraída por la asistencia de los fieles a la mezquita principal, en sus cercanías desarrollábase la vida comercial de mayor importancia e intensidad, en tiendas situadas en las calles inmediatas, en la alcaicería, en las alhóndigas o *fanadiq* y en los zocos. En torno a ese oratorio se agrupaban también los puestos provisionales de los comerciantes modestos, con sus toldos y mostradores portátiles, y circulaban los vendedores ambulantes ofreciendo a gritos su mercancía. (Torres Balbás, 1954, p.13)

Debemos recordar además que el reglamento urbano de la ciudad musulmana establecía una jerarquización de los comercios en relación a su proximidad a las mezquitas, privilegiando los orfebres, libreros, perfumistas y talabarteros en mayor cercanía al templo, y las demás actividades comerciales como verdulerías, carnicerías, etc., más lejos del recinto sagrado. Esta configuración hacia además del patio de la mezquita mayor el principal espacio abierto de estas abirragadas ciudades, haciéndose el parangón entre el patio como centro de la casa, y el patio de la mezquita como centro de la ciudad. Si bien la influencia morfológica de estos zocos no será reproducida en el continente americano, si es posible reconocer que la forma de relacionarse entre estos espacios, y las formas de uso servirán de ejemplo para el urbanismo fundacional como a continuación veremos.

5 | EL TIÁNGUEZ INDÍGENA⁴

Una característica errónea que ha permanecido por bastante tiempo, ha sido el suponer la existencia de *tianguis* o *tianquiztli*⁵ o mercados indígenas en todo el continente americano, cosa que actualmente ha sido completamente desmentida (Murra, 1975), pues las dinámicas comerciales andinoamericanas, no favorecieron la existencia de un mercado establecido como si existió en Mesoamérica.

The traditional view that market systems did not exist in the prehistoric Andes is based on a large corpus of historical data. Unlike Central Mexico, where market systems were described in substantial detail in early colonial documents, markets and marketplaces were barely mentioned in Andean texts of the same era (Stanish and Coben, 2013, p.419).

3 . Esto no quiere decir que no existían foros especiales dedicados al comercio, pero apartados de las funciones cívicas dado el desprecio que sentían los griegos por las actividades mercantiles que consideraban de inferior rango.

4 . Para efectos de este trabajo se ocupará el término Tiánguez, por no haber una acepción similar en la lengua quechua.
5 . Rémi Siméon, *Diccionario de la lengua náhuatl o mexicana*, México, Siglo XXI Editores, 1984. *tianquiztli* s. Mercado, plaza. p. 546.

A pesar de ello los historiadores siguieron usando indistintamente el término aunque que no correspondiese a la realidad local. La discusión del tipo de comercio que se dio en la región andina no está del todo esclarecida aún, pero al parecer sí existe un acuerdo respecto de la existencia de ferias que se habrían realizado esporádicamente para el trueque o venta de bienes, ferias además que permitían el encuentro social de las diversas comunidades que atendían a ellas.

Es por ello que mientras en Mesoamérica las nuevas ciudades muchas veces aprovecharon estos espacios comerciales constituidos, en el caso andino se tuvo que formalizarlos, y esta sin duda se constituyó en una de las grandes problemáticas de la corona española. La dispersión territorial de los poblados indígenas de la región, hizo que en el caso de Chile, el proceso de urbanización de muchas ciudades se retrasara considerablemente.

En Chile, por el contrario, en la zona central se produjo una dispersión poblacional grave, a la par que se verificaba la distribución total de la propiedad de la tierra. Esta pobre densidad demográfica, unas distancias extremas y una poca comunicabilidad ayudaron al sostenimiento de esta vida rural en aquellas comunidades, redundando resultados negativos para la sociedad, la buena administración de la justicia y los cumplimientos religiosos (Solano, 1990, p.102).

La necesidad de evangelizar y civilizar a la población indígena, hizo que la iglesia tuviese que utilizar diversas dinámicas para reunir a la población, entre ellas estaba la constitución que se de barrios y también de parroquias en torno a la antiguas unidades territoriales prehispánicas como los ayllus. En el caso de los núcleos urbanos más poblados una estrategia de concentración de la población fue reunir diversas actividades en un mismo espacio, como lo fue entonces permitir que las actividades mercantiles convivieran con el orden cívico en las plazas mayores.

Corazón de la economía, la plaza del mercado era el lugar donde se podían informar de las últimas leyes puestas en vigor, ya que el pueblo estaba mantenido al tanto de las nuevas ordenanzas a través del pregón público. (Villegas, 2010, p.97)

Situación que de alguna manera replicaba lo que ya había sido realizada en las primeras fundaciones de Nueva España. Al reunir las actividades comerciales esporádicas y adaptarlas y concentrarlas en un solo espacio, se mantenía un mayor control sobre ellas, dando origen así a la costumbre de congregar las actividades de diverso tipo en la plaza mayor, para así aprovechar la reunión de personas que ahí se generaba y así se hacía más fácil evangelizar. Este antecedente de alguna manera no era ajeno a los conquistadores hispanos, pues en las ciudades hispanas la simbiosis mezquita-zoco ya existía, solo que ahora se convertía en catedral y mercado.

Debemos considerar además que tanto en el mundo musulmán, como en el indígena americano, el concepto de plaza cívica eran completamente inexistentes, es por ello que

este espacio simbólicamente vacío que generaba la cuadrícula urbana no era del todo comprendido, y por ello se prestaba para el uso que tanto andaluces como indígenas estaban acostumbrados: sus actividades comerciales. Esta fórmula tuvo tanto éxito que la simbiosis mercado-templo se mantiene vigente en muchas ciudades hispanoamericanas, en donde periódicamente las plazas mayores se transforman en el tiangué que originalmente fueron. (Figura 3 y 4).



Figura 3. Catedral y plaza principal de Copacabana.

Fuente: Iglesia, plaza y mercado de Copacabana. Bolivia. Foto del autor, 2015.



Figura 4. Plaza de San Francisco, antiguo tiangué de Quito.

Fuente: Plaza de San Francisco, antiguo tiangué de Quito. Foto del autor, 2016.

6 I DEL TIÁNGUEZ A LA PLAZA MAYOR: MANUEL DE AMAT Y LA ORDENACIÓN DEL ESPACIO URBANO

Hacia fines del siglo XVIII, la costumbre de realizar las actividades del mercado en la Plaza de Armas de Santiago se había mantenido desde sus inicios, pero el desorden y la suciedad que generaban estas actividades entraron en conflicto con el ideario del Gobernador de la Capitanía de Chile y después Virrey del Perú, Manuel de Amat y Junyent (1704-1782).

Manuel de Amat, quiso llevar a cabo las nuevas reglamentaciones borbónicas que tenían como fin el ordenamiento y embellecimiento general hacia fines del periodo colonial en las ciudades del Virreinato. Su labor se podría sintetizar como una suerte de higienización de los espacios urbanos de estas urbes, lo que abarcaba tanto el ámbito temporal como el espacial. El control del tiempo implicó darle una periodicidad más precisa a las diversas funciones urbanas, y el control espacial se efectuó a través de el “localizar” muchas de las actividades que se realizaban de forma dispersa por toda la ciudad. Dos herramientas que claramente se alinean con la mentalidad “ilustrada” que había empezado a primar en Europa y que se oponía claramente a lo que se entendía como el desbande y desorden en que vivían muchas ciudades coloniales hispanoamericanas.

Otra de las medidas dirigidas a introducir un régimen de orden en un pueblo enteramente desquiciado en sus hábitos i principios fue la creación de un mercado medianamente aseado en lugar de los *triangués* indijenas de la conquista, que se celebraban al cielo raso en una lamentable confusión, i cuya diaria zambra i perpetua inmundicia no había tenido otro correctivo que el derecho de toldos i tendales creado por el presidente Manso. Había sido, empero, una gabela mas, pero no una regla de orden. (Vicuña Mackenna, 1869, p.127)

Las actividades mercantiles no sólo se realizaban en la misma Plaza sino que además continuaban por las calles aledañas, en los denominados Baratillos uniéndose así con el área comercial en las calles próximas al río Mapocho. En el caso preciso de la Plaza de Armas de Santiago, queriendo dar orden a esta espacio que funcionaba más como mercado que como plaza, Amat manda a realizar un construcción ligera en la plaza misma de la ciudad en el costado oriente, que permitiera ordenar el comercio que allí se daba.

Antes de Amat todos los comestibles se vendían tirados por el suelo. Después que se hizo el gran galpón ordenado por aquel, colgose la carne en barandas de palo, los aparejos servían para exhibir las verduras i menestras. (Vicuña Mackenna, 1869, p.431)

Esta construcción separaba físicamente la plaza del portal de Sierra Bella y generaba una calle cerrada denominada de Los Baratillos o Callejón de los Mercaderes, rompiendo así la configuración del espacio cívico (Figura 5). El comercio se realizaba tanto en estas construcciones ligeras y también en los portales en forma de los denominados cajones, que persistieron durante todo el siglo XIX (Figura 6 y 7). Estos cajones son muy similares al mobiliario usado en los zocos actuales de muchas ciudades del norte de África, como Marraquech, Fez, Tunisia y otras. (Figura 8)

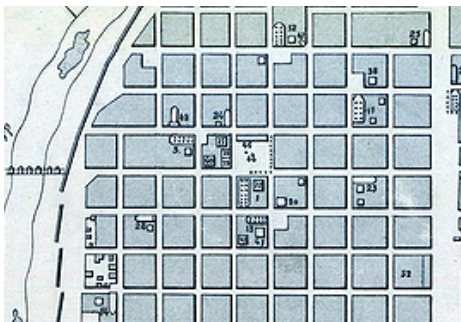


Figura 5. Detalle de Plano de Santiago de Chile, 1793, en donde es posible ver en la plaza de Armas un volumen correspondiente a los baratillos.

Fuente: Detalle del Plano de Santiago de 1793. Memoria Chilena. Patrimonio Cultural Común.

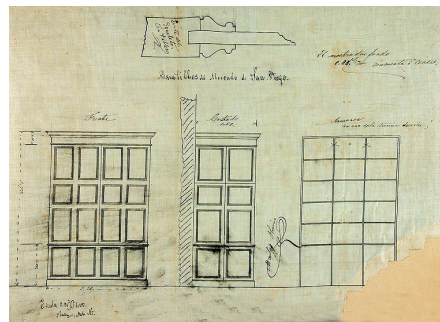


Figura 6. Cajones que se utilizaban en los baratillos de la Plaza de Armas de Santiago.

Fuente: Baratillos del Mercado de Santiago. 1876. Memoria Chilena. Patrimonio Cultural Común.

Esta situación que había perdurado por siglos entra en crisis a comienzos de la

República. Los nuevos usos ilustrados se opusieron a la dinámica del mercado que existía en estas ciudades, de alguna manera estas se desarabizaron, y se desindigenarizaron, dejaron de ser zocos y tiánguez, para transformarse en plazas. Si bien el argumento más común para justificar las transformaciones que se dieron tendrían su origen en las medidas que había implantado Amat, en donde las actividades dispersas se habían relocalizado, en este caso la necesidad de formalizar este nuevo espacio comercial dice relación además con el interés del gobierno de controlar las actividades comerciales, que durante mucho tiempo se dieron de manera informal, pues si bien existía un comercio formal que pagaba tributo y era normado, existía igualmente un comercio informal de mercadillos o baratillos como eran llamados, que se escapaba muchas veces de toda regulación⁶.



Figura 7. Cajones en el antiguo Portal de Sierra Bella de la Plaza de Armas de Santiago de Chile.

Fuente: Portal viejo de la Plaza de Armas de Santiago, 1860. Autor desconocido. Memoria Chilena. Patrimonio Cultural Común.



Figura 8. Zoco de Fez en donde es posible ver un sistema de mobiliario de venta muy similar a los cajones coloniales.

Fuente: Zoco de Fez. Fotografía del autor, 2013.

En otros países de Hispanoamérica, en donde existía mayor actividad comercial se había ya establecido tempranamente alhóndigas, en donde era controlada la actividad comercial de productos de mayor necesidad, como trigo, o carne, cosa que en Chile no existió, sino hacia esta fecha, en cuanto se formaliza una plaza de Abastos (1821) y el posterior Mercado Central (1872).

Pero aparte de estas justificaciones ya conocidas, queremos para finalizar presentar otra posible lectura, que no excluye en todo caso a las anteriores.

6 . Una de las medidas que precedieron este ordenamiento, fue justamente el nombramiento por parte del Cabildo de Santiago de un Juez de Abastos en 1792. Ver Actas del Cabildo, 1792. Disponible en : http://www.historia.uchile.cl/CDA/fh_actas/index.html

71 A MODO DE CONCLUSIÓN: LA PLAZA MAYOR, UN PROBLEMA DE SOBERANÍA

En Chile, la destrucción de la soberanía popular del ágora o foro (en la práctica, del cabildo) fue iniciada por la Corona Imperial y terminada por el Estado 'portaliano'. A partir de 1830, a los municipios se les cercenó, una a una, sus atribuciones soberanas de antaño. (Salazar, 2003, p.20)

Para explicar más claramente nuestro argumento nos basaremos en este concepto de soberanía que acuña Gabriel Salazar. Para el autor con el advenimiento de la República se habría producido una crisis en lo que él denomina como soberanía popular. Esta soberanía había surgido con la aceptación que había realizado la Corona Española de la mantención de algunas de las dinámicas sociales indígenas, de esta manera, mientras la Corona se constituía en una Supra-soberanía, el pueblo establecía su propia soberanía local, la cual se corporeizaba a través de los poderes locales de municipios, barrios, etc. Muchos de los cuales respetaron las organizaciones urbanas precolombinas como los ayllus por ejemplo. De esta manera convivieron perfectamente esta supra-soberanía con la soberanía local, pues la primera se expresaba a través de todo un aparato simbólico, en el cual participaba tanto el poder político como el religioso, a través de festividades, efemérides, etc.

Símbolos que van más allá de los objetos materiales que evocan solemnemente la presencia de la autoridad. En una sociedad rural e iletrada como la de Santiago de Chile en el siglo XVII, donde lo escrito tenía una influencia claramente restringida en el proceso de socialización cultural, todo lo que rodeaba al poder y que tocaba la subjetividad emocional de los sentidos tenía un contenido simbólico. (Márquez, 1999. p.582)

Así este poder real lejano se expresaba abstractamente mediante este corpus simbólico para hacerse presente. La soberanía local en tanto se expresaba en cabildos, y también por supuesto en la mantención de usos y costumbres propios de cada comunidad. De este modo en el mismo soporte urbano, se podían expresar perfectamente estos dos órdenes soberanos. Esto sin duda, eclipsó cuando con el proceso de Independencia, la supra-soberanía de la corona española desaparece, y el poder ahora pasa a ser detentado por la aristocracia local, es aquí en donde la necesidad de expresar esta nueva soberanía estatal entra en conflicto con esta soberanía popular.

La nueva soberanía estatal, ya no es una suprasoberanía lejana y distante, sino que ahora se hace presente en este espacio central de la ciudad. Es por ello que el gobierno republicano siente la necesidad de restaurar el uso cívico de la plaza mayor, desplazando las otras actividades fuera de este espacio urbano, que fue lo que ocurrió con la instalación de los comerciantes en la recién creada recova o plaza de abastos (1821).

De esta manera al ordenamiento económico, y a la higienización física y visual, se puede sumar también la necesidad de representación del nuevo orden político, que de alguna manera le dará a la Plaza Mayor por primera vez el rol con el cual inicialmente

fue fundada. Así podemos apreciar que el paso del orden colonial al republicano no sólo supuso un cambio en el ámbito político, sino también en los usos y costumbres que habían permanecido en nuestra ciudad inalterables durante siglos. “La plaza de la Independencia conserva muchas funciones de la plaza colonial, pero pierde fundamentalmente su carácter monopólico de centro vital.” (Rojas Mix, 2006, p.113)

Con el termino de la Colonia, finaliza lo que podríamos llamar un uso doméstico que se hacía de la plaza, en donde más que como plaza, era concebida como un patio de la ciudad, como había ocurrido también en las ciudades hispanomusulmanas, en donde el patio de la mezquita y sus alrededores eran a su vez el patio de la ciudad, lugar de comercio, de encuentro de el muy variopinto espectro de la sociedad colonial. Con ello se termina además aquel encuentro de lo que Turner denomina la *Communitas* (Turner, 1988), en el sentido de que esta misma indefinición le permitía convertirse en ese espacio liminal que borraba todas las diferenciaciones sociales y restituía el orden indígena que se creía de alguna manera extinto. El nuevo higienismo ilustrado pondrá fin a esta rica mixtura, ordenando y separando los cuerpos en el tiempo y en el espacio en los nuevos lugares que la urbanidad republicana ahora proveía. Debemos sin embargo recordar que esto constituye sólo un caso aislado, pues en muchas de las plazas mayores hispanoamericanas sigue dándose esta rica simbiosis el donde las soberanías locales conviven armoniosamente con los poderes políticos imperantes.

REFERENCIAS

Abu-Lughod, J. (1987). The Islamic City--Historic Myth, Islamic Essence, and Contemporary Relevance. *International Journal of Middle East Studies*, 19(2), 155-176. Retrieved May 5, 2015, from <http://www.jstor.org.uchile.idm.oclc.org/stable/163352>

Alsayad, N. (1991). *Cities and Caliphs. On the Genesis of Arab Muslim Urbanism*. New York, EEUU: Greenwood Press.

Ball, W. (2002). *Rome in the East . The transformation of an empire*. New York, EEUU: Taylor & Francis e-Library.

Guarda, G. (2014). *Santo Tomas de Aquino y las fuentes del urbanismo indiano*. En Miguel Mena, *La Ciudad Colonial del Nuevo Mundo: formas y sentidos I*. Santo Domingo, Rep.Dominicana: Ediciones Cielo Naranja.

Lapidus, I. (1973). The Evolution of Muslim Urban Society. *Comparative Studies in Society and History*, 15(1), 21-50. Retrieved May 5, 2015, from <http://www.jstor.org.uchile.idm.oclc.org/stable/178186>

Mena,M. (2014). *La Ciudad Colonial del Nuevo Mundo: formas y sentidos I*. Santo Domingo, Rep. Dominicana: Ediciones Cielo Naranja.

Murra, J. (1975). *Formaciones económicas y políticas del mundo andino*. Lima, Perú : Instituto de Estudios Peruanos.

Page, C. (2008). *El espacio público en las ciudades hispanoamericanas. El caso de Córdoba (Argentina). Siglos XVI a XVIII*. Córdoba, Argentina : Báez Ediciones.

Palm, E. (1951). *Los Orígenes del Urbanismo Imperial en América*. Ciudad de México, México : Instituto Panamericano de Geografía e Historia, Comisión de Historia.

Rama, A. (2004). *La Ciudad letrada*. Santiago, Chile: Tajamar Editores.

Raymond, A. (1994). Islamic City, Arab City: Orientalist Myths and Recent Views. *British Journal of Middle Eastern Studies*, 21(1), 3-18. Retrieved May 5, 2015, from <http://www.jstor.org.uchile.idm.oclc.org/stable/195564>

Salazar, G. (2003). *Ferías Libres, espacio residual de soberanía ciudadana*. Santiago, Chile: Ediciones SUR.

Solano, F. (1990). *Ciudades Hispanoamericanas y Pueblos de Indios*. Madrid, España: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

Stanish, Ch., Coben, L., (2013) *Barter Markets in Pre-hispanic Andes*. En Hirth, K., Pillsbury, J., editores. *Merchants. Markets and Exchange in the Precolumbian World*. Washington, EEUU: Dumbarton Oaks.

Torres Balbas, L. (1951). *La Edad Media*. Sección de Libro. Archivo Digital UPM. Disponible en: <http://oa.upm.es/33689/>

Turner, V. (1988). *El Proceso Ritual*. Madrid, España: Taurus.

Valenzuela Marquez, J. (1999). De Las Liturgias del Poder al Poder de las Liturgias: Para una Antropología Política de Chile Colonial. Santiago, Chile: *Revista Historia*, Vol.32, Instituto de Historia. Pontificia Universidad Católica de Chile.

Vicuña Mackenna, B. (1869). *Historia Crítica de la ciudad de Santiago. Vol.1 y VOL.2*. Valparaíso, Chile: Imprenta El Mercurio.

Villegas, P. (2010). Del tianguis prehispánico al tianguis colonial: Lugar de intercambio y predicación (siglo XVI). Ciudad de México, Mexico: *Revista de Estudios Mesoamericanos. Volumen 8*. Enero-junio.

Vovelle, M. (1985). *Ideologías y mentalidades*. Barcelona, España : Ariel.

SOBRE A ORGANIZADORA

JEANINE MAFRA MIGLIORINI - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em Tecnologia de Design de Interiores e em Tecnologia em Gastronomia pela Unicesumar; Especialista em História, Arte e Cultura, em Docência no Ensino Superior: Tecnologia Educacionais e Inovação e em Projeto de Interiores e Mestre em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educadora há treze anos, iniciou na docência nos ensinos fundamental e médio na disciplina de Arte. Atualmente é professora no ensino superior da Unicesumar. Arquiteta e urbanista, desenvolve projetos arquitetônicos. Escolheu a Arquitetura Modernista de Ponta Grossa – PR como objeto de estudo, desde sua graduação.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade arquitetônica 301, 315, 317

Agache 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 197

Arquitetura emergencial 267, 272, 273, 274, 275

Arquitetura moderna 57, 116, 118, 122, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 160, 161, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 182, 183, 186, 197, 242, 244, 299

Arquitetura vernacular 68

C

Conservação urbana 82, 99, 150

Consumo e apropriação espacial 225

D

Desterritorialização 263, 267, 268, 269, 272

Diáspora africana 82, 83, 84, 86, 96

Dimensão ribeirinha 288, 289, 290, 292, 293, 295, 296, 298

Dinâmica da cidade 225

E

Economia criativa 225, 226, 230, 233, 236, 237

Educação patrimonial 91, 92, 96, 97, 214, 216, 217, 220, 221, 223, 224

Espaço urbano 45, 52, 53, 55, 56, 62, 63, 67, 159, 220, 222, 225, 236, 302

Estação ferroviária 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 235, 236, 237

H

Habitação social 278, 284, 286

I

Investigação projetual 128

IPHAN 2, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 69, 70, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 98, 114, 141, 173, 176, 189, 194, 195, 197, 224, 299

M

Mercado municipal 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 112

Modernismo 99, 100, 105, 139, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 195

Monumento nacional 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42

N

Normatização 23, 301, 307, 310

P

Paisagem cultural 54, 69, 99, 108, 150, 151

Paisagem sertaneja 68, 78, 80

Patrimônio cultural 14, 16, 18, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 32, 33, 35, 42, 82, 83, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 99, 100, 105, 113, 118, 126, 137, 176, 184, 214, 216, 218, 221, 237

Patrimônio digital 13, 26

Patrimônio histórico 33, 34, 35, 39, 43, 44, 51, 52, 54, 55, 67, 80, 81, 82, 90, 105, 113, 114, 139, 146, 173, 176, 233

Patrimônio moderno 116, 118, 122, 125, 126, 138, 171

Patrimônio rural 68, 69, 70, 72, 74, 78, 79, 80, 81

Patrimônio urbano 82, 99, 102

Pertencimento 31, 90, 214, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 263, 267, 272, 274, 275

Planejamento urbano 23, 44, 55, 62, 197, 225, 230, 231, 233, 236, 237

Projeto de arquitetura 288, 289, 293, 294, 299, 300

R

Reforma psiquiátrica 255, 256, 261, 262, 264, 265, 266

Representações sociais 44, 51, 52, 264, 275

Requalificação urbana 225, 236, 238

Residência universitária 146, 148, 149, 301, 302, 303, 307, 308, 309

Restauração crítica 1, 2, 4, 8, 10

Rotas culturais 99

T

Técnicas de registro 13, 21, 26

Tombamento 5, 23, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 41, 42, 43, 79, 88, 92, 105, 114

Turismo cultural 37, 82, 83, 90, 96, 98, 99

Turismo étnico- afro 82, 83, 84, 96

U


Urbanismo 12, 13, 14, 80, 85, 99, 108, 113, 114, 116, 126, 127, 128, 129, 137, 139, 140, 150, 151, 163, 171, 172, 174, 183, 184, 185, 187, 188, 192, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 204, 206, 212, 213, 214, 216, 217, 238, 240, 247, 254, 256, 260, 265, 287, 288, 294, 298, 299, 318

Urbanismo colonial 199, 204


Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

 www.arenaeditora.com.br

 contato@arenaeditora.com.br


 [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)

 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br